

poder judiciário **Tribunal de Justiça do Piauí**

Plano de Gestão 2021/2022

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Plano de Gestão 2021/2022

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PRESIDENTE

Desembargador José Ribamar Oliveira

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho

CORREGEDOR

Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto

VICE-CORREGEDOR

Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho

DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

VICE-DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Erivan José da Silva Lopes

DESEMBARGADORES
Haroldo Oliveira Rehem
Hilo de Almeida Sousa
Oton Mário José Lustosa Torres
Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro
Edvaldo Pereira de Moura
Fernando Carvalho Mendes
Francisco Antônio Paes Landim Filho
José Francisco do Nascimento
José James Gomes Pereira
Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho
Olímpio José Passos Galvão
Pedro de Alcântara da Silva Macêdo
Raimundo Nonato da Costa Alencar
Ricardo Gentil Eulálio Dantas



JUÍZES AUXILIARES

PRESIDÊNCIA

Dr. Manoel de Sousa Dourado Dr. Rodrigo Tolentino Dr. Edvaldo de Sousa Rebouças Neto

VICE-PRESIDÊNCIA

Dra. Mariana Cruz Almeida Pires

CORREGEDORIA

Dr. Antônio Francisco Gomes de Oliveira Dr. Raimundo Holland Moura de Queiroz

VICE-CORREGEDORIA

Dr. Mário César Moreira Cavalcante

COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA

Des. José Ribamar Oliveira PRESIDENTE DO COMITÊ

Des. Fernando Lopes e Silva Neto CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho VICE-PRESIDENTE

Des. Joaquim Dias de Santana Filho VICE-CORREGEDOR

Des. Sebastião Ribeiro Martins
DIRETOR DA EJUD

Rodrigo Tolentino
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Francisco Gomes de Oliveira JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Mariana Cruz Almeida Pires
JUÍZA INDICADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA

Mário César Moreira Cavalcante
JUIZ AUXILIAR DA VICE-CORREGEDORIA

Paulo Sílvio Mourão Veras SECRETÁRIO GERAL

Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA



Lanny Cleo Macedo Quadros SECRETÁRIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Roosevelt dos Santos Figueiredo SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Agnaldo Abreu Almendra SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

> Francisco Tiago Moreira Batista SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL

> > Paula Meneses Costa SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

Ana Paula Rodrigues de Sousa Araújo SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mônica Lopes de Carvalho e Silva Almeida SECRETÁRIA DA CORREGEDORIA

Leonardo Brasileiro
REPRESENTANTE AMAPI

Carlos Eugênio de Sousa REPRESENTANTE SINDSJUS/PI



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

DESTAQUES DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE 8

MACRODESAFIOS DO JUDICIÁRIO 9

DIRETRIZES DA GESTÃO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 11

Diretriz - ESTRATÉGIA 11

Diretriz - INOVAÇÃO 14

Diretriz - EFICIÊNCIA 16

Diretriz - RESOLUTIVIDADE 19

CONSIDERAÇÕES FINAIS 23

APRESENTAÇÃO

Planejar trata-se de um processo moldado para o alcance de um cenário futuro desejado, no qual as diretrizes e os objetivos sejam realizados de modo mais eficiente, eficaz e efetivo, com a melhor aplicação de esforços e recursos.

Logicamente, o planejamento antecede os processos decisórios e as atitudes, dessa forma influencia diretamente na qualidade da decisão político-institucional e das ações da instituição. Daí a importância de um Plano uno, para que os gestores desenvolvam suas ações no mesmo sentido e possam cooperar para a alavancagem da imagem do TJPI na cena do Poder Judiciário brasileiro.

O planejamento deve procurar maximizar os resultados buscando efetividade dos objetivos estabelecidos em cada diretriz, revestindo-se da capacidade de coordenar, ao longo do tempo, esforços e energias, tendo em vista o alcance dos resultados benéficos às atividades desempenhadas e entrega dos produtos propostos no Plano.

Então, exercer as atividades tão bem quanto o possível é uma premissa da atual Gestão do Tribunal, visando otimização de iniciativas, modelando os recursos (humanos e de capital) do TJPI para melhor prestação jurisdicional, além disso, visando a consolidação de comportamento baseado em respostas que procurem antecipar mudanças do ambiente social, jurídico e econômico.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí apresenta o seu Plano de Gestão para o biênio 2021-2022. Trata-se de um instrumento que, alinhado às diretrizes das Resoluções TJPI n. 04/2015 e CNJ n. 325/2020, apresenta de forma metodológica os objetivos e as iniciativas da gestão que se inicia. Importante destacar que fora observada a consulta pública realizada com órgãos parceiros do Judiciário piauiense, corroborando o viés participativo e democrático que deve nortear a administração pública.

Os objetivos, com suas respectivas iniciativas, para fins didáticos, foram agrupados segundo as diretrizes definidas pela nova gestão - Estratégia, Inovação, Eficiência e Resolutividade. Cada objetivo é acompanhado de uma descrição e alinhamento com os macrodesafios propostos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Posteriormente, serão acrescentados os indicadores de desempenho e as metas pretendidas que serão utilizados para o seu monitoramento.

O Plano é apenas um aspecto da estratégia de Gestão deste Tribunal. Temos o compromisso de desempenhar as funções priorizando a missão institucional: garantir a justiça.

Secretaria de Gestão e Estratégia do TJPI



DESTAQUES DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE

"Procurarei dirigir este Tribunal sempre buscando a salutar e necessária harmonia com os pares, objetivando uma administração dinâmica, com a agilidade necessária aos avanços que nos propomos".

"Imbuído do sentimento de humildade chego até aqui, ciente das grandes responsabilidades que ora assumo".

"Estamos certos de que as dificuldades não serão superadas em apenas dois anos, porquanto são muitas as demandas e elas se renovam, são cíclicas. Mas é preciso avançar".

"O nosso plano de ação não chega a ser ambicioso, é um plano factível, mas demanda esforço para cumprí-lo. Precisaremos de todo o apoio para melhorarmos nossos índices de avaliação".

"Fiquei feliz e surpreso ao perceber o entusiasmo de todos com quem tive a oportunidade de compartilhar ideias e projetos, de ouvir-lhes, de saber da disposição em contribuir, de dar o melhor de si para mudar a nossa realidade".

"Precisaremos, mais que antes, acompanhar a evolução que se processa rapidamente na área de Tecnologia da Informação, que é de suma importância para, através de modernas ferramentas de softwares, acompanhar o aumento das demandas e otimizar a relação processos novos versus processos julgados".

"Precisaremos também desestimular a cultura da litigiosidade, fomentando a busca dos meios consensuais de solução de conflitos, através dos organismos criados para esse fim".

"Precisaremos implementar medidas objetivas, eficazes, no combate à violência doméstica, em face da mulher, da criança e do idoso".

Leia a íntegra do discurso:





MACRODESAFIOS DO JUDICIÁRIO

Os Macrodesafios são definidos de maneira global no Planejamento Estratégico do Judiciário e devem ser considerados nos planejamentos individualizados de todos os demais órgãos do judiciário. Podem ser entendidos como Objetivos Estratégicos que delineiam os resultados que a organização deseja alcançar. São os objetivos globais e definidos no longo prazo. Devem ser claros, relevantes, mensuráveis e factíveis. De acordo com a Res. CNJ n. 325/2020 um conjunto de 12 macrodesafios deverão ser observados pelo segmento da Justiça Estadual. São eles:

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

DIRETRIZES DA GESTÃO

ESTRATÉGIA



Configuração do modo de pensar e agir diante do ambiente e projeção do planejamento do TJPI como mecanismo de impulsionamento da atividade jurisdicional.

INOVAÇÃO



Estímulo à cultura de inovação, promovendo o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes e a criação de soluções de inovação incrementais e disruptivas.

RESOLUTIVIDADE



Valorização de práticas focadas no desenvolvimento do Poder Judiciário, buscando a alta performance e consolidando vias de diálogo entre instituições essenciais à Justiça.

EFICIÊNCIA



Inserção de fluidez nas atividades de gestão judiciária do TJPI e organização de modelos de trabalhos institucionais que destaquem a otimização dos recursos e induzam os resultados positivos.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Diretriz - ESTRATÉGIA

1. Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade		
DESCRIÇÃO	Reposicionamento e avanço do nosso tribunal no contexto nacional apresentado pelo Prêmio CNJ de Qualidade, objetivando ascender na atual posição do ranking dos tribunais estaduais.	
PRODUTOS	 Mapeamento dos elementos de pontuação para diagnosticar os graus de deficiências e promover ações direcionadas; Definição de gestores e metas individualizadas, que 	
	 serão acompanhadas regularmente; Criação de um Painel de Bordo alimentado pela SEGES para gerenciamento do andamento dos elementos de pontuação e suas metas; 	
	• Formação de grupo de trabalho para acompanhamento dos trabalhos.	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	

2. Capacitar com Foco na Estratégia		
DESCRIÇÃO	Construção do plano de capacitação continuada de servidores, magistrados, mediadores e colaboradores em geral, a fim de especializá-los nas temáticas de relevância à prática jurídica, administrativa e tecnológica desenvolvidas pelo TJPI, visando a melhoria da prestação jurisdicional.	
PRODUTOS	 Plano de Capacitação com foco na Estratégia elaborado; 	
	 Plano de Capacitação com foco na Estratégia executado. 	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.	



3. Realizar Encontro Estadual da Estratégia do TJPI		
DESCRIÇÃO	Organização do encontro anual com o objetivo de promover a Estratégia, a meritocracia avaliar e festejar os resultados alcançados.	
PRODUTOS	 Publicar ato normativo instituindo o Encontro Estadual da Estratégia do TJPI; I e II Encontros realizados. 	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Gestão Judiciária.	

4. Melhorar o relacionamento e grau de satisfação dos Usuários do TJPI		
DESCRIÇÃO	Promoção de ações educativas e de esclarecimentos, a fim de criar uma visão sistêmica e consciente do nosso usuário da estrutura administrativa e judicial deste Tribunal, visando melhorar e fortalecer a imagem da instituição do TJPI perante a sociedade.	
	 Retomar o alto desempenho do TJPI no Ranking da Transparência do CNJ; 	
	 Pesquisa de satisfação realizada com as devidas tabulações; 	
PRODUTOS	 Relatório Analítico e sintético da Pesquisa; 	
PRODUTOS	 Ações de divulgação e esclarecimento do papel do TJPI, serviços prestados por seus servidores e magistrados; 	
	 Capacitar o servidor para melhorar o relacionamento interpessoal e o atendimento ao público com foco no Código de Ética dos Servidores. 	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.	

5. Instituir o Prêmio Mais Justiça TJPI		
DESCRIÇÃO	Instituição de programa de premiação intitulado "Mais Justiça TJPI" para estimular as unidades judiciárias, servidores, magistrados, empresas e instituições públicas e privadas, nas boas práticas que impactam a atividade	



	judicial que resultem na melhoria da produtividade e confiram celeridade na prestação jurisdicional em consonância com as metas externas e internas, alinhadas ao planejamento estratégico.
PRODUTOS	 Diagnóstico técnico de avaliação de desempenho; Publicar ato normativo de programa de premiação;
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.

6. Instituir o Programa "QUANTO CUSTA A MINHA JUSTIÇA?" (Educação Fiscal)		
DESCRIÇÃO	Disseminação de ações relativas à conscientização da sociedade, magistrados e servidores, acerca da importância do controle social e fiscal relativos ao recolhimento de custas e emolumentos, demonstrando as finalidades, resultados e benefícios advindos da arrecadação própria do Poder Judiciário.	
	 Campanha de conscientização ao jurisdicionado; 	
	• Elaboração de material educativo;	
PRODUTOS	 Ato normativo em formato de recomendação a magistrados relativo à concessão do benefício de justiça gratuita. 	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.	

7. Institucionalizar a gestão de projetos no TJPI		
DESCRIÇÃO	Efetivação do serviço de gestão de projetos, auxiliando os gestores e servidores do TJPI na execução dos projetos, disseminando a institucionalização das boas práticas que visam a melhoria e a otimização dos processos de trabalho na prestação jurisdicional. O principal objetivo é apoiar a gestão dos projetos estratégicos e zelar pelo seu alinhamento à estratégia do Tribunal e às diretrizes da Administração.	
PRODUTOS	• Elaboração e aprovação de ato normativo que atualiza as diretrizes relativas ao Gerenciamento de Projetos	



	Estratégicos no âmbito do TJPI e instituir o Processo de Gestão de Projetos Estratégicos ;	
	• Escritório de projetos da SEGES com amplitude de atuação nos diversos níveis do Tribunal estruturado.	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	

Diretriz - INOVAÇÃO

1. Aprimorar a Gestão de dados e informação		
DESCRIÇÃO	Realização de investimentos no aprimoramento dos sistemas e das bases de dados do TJPI, a fim de proporcionar maior confiabilidade dos dados e das informações geradas.	
	 Ampliar o TJPI em Números para alinhamento com dados do DATAJUD; 	
PRODUTOS	 Ampliar e formalizar o sistema de monitoramento de acervo de processos e de produtividade das unidades judiciais de 1º e 2º grau; 	
	 Desenvolver ferramenta para correção de dados dos processos virtualizados; 	
	 Promover a virtualização dos processos físicos de 2º grau; 	
	 Promover a virtualização dos processos das unidades criminais; 	
	 Promover a virtualização dos processos da Justiça Itinerante; 	
	 Desenvolver e implantar sistema eletrônico para cálculo de atualização monetária e juros e multa dos valores devidos ao Poder Judiciário; 	
	• Implantar Sistema Contábil de Custos;	
	 Implantar dos Registros Contábeis Patrimoniais; 	
	 Desenvolver ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de Cartão de Crédito e Débito e PIX; 	



	Implantar Projeto "Cadastro Eficiente".	
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária.	da

2. Institucionalizar sistemas judiciais e administrativos	
DESCRIÇÃO	Formalização e racionalização dos sistemas de movimentação processual e administrativo, a fim de viabilizar a comunicação e a realização de atos, simplificando e modernizando a atividade remota, bem como auxiliando na priorização e gerenciamento dos trabalhos das unidades.
PRODUTOS	 Ampliar o TJPI em Números e utilizar ferramentas com base no DATAJUD; Ampliar e formalizar sistema de monitoramento de acervo de processos e de produtividade das unidades judiciais de 1º e 2º grau; Desenvolver e implantar sistema unificado das rotinas de gerenciamento de pessoas no Poder Judiciário Estadual.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados.

3. Implantação do Laboratório de Inovação do TJPI	
DESCRIÇÃO	Fomento do conhecimento e da busca de soluções criativas e inovadoras para beneficiar a melhoria da atividade jurisdicional.
PRODUTOS	 Implantar do Laboratório de Inovação do TJPI - OPALA LAB; Avaliar e incorporar as boas práticas inovadoras do Poder Judiciário Brasileiro.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados.



4. Implantar Juízo 100% Digital (Resolução Nº 345/2020)	
DESCRIÇÃO	Análise e desenvolvimento de novo modelo de unidade judiciária, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 345/2020, que viabiliza a execução de todos os atos processuais exclusivamente por meio eletrônico e remoto.
PRODUTOS	 Instituir projeto piloto do Juízo 100% Digital; Ampliar os Juízos 100% Digital.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Garantia dos Direitos Fundamentais

Diretriz - EFICIÊNCIA

1. Promover o aperfeiçoamento da gestão orçamentária de contratos e financeira do TJPI	
DESCRIÇÃO	Utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, de investimentos e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TJPI.
PRODUTOS	 Instituir Política de Governança das Contratações Pública - Res. n. 347/2020 d CNJ;
	 Implantar programa para desenvolver o aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária;
	 Desenvolver e implantar ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de cartão de crédito e débito e PIX;
	• Implantar programa para diminuir despesas com aluguéis em Teresina;
	 Desenvolver e implantar sistema eletrônico para cálculo de atualização monetária e juros e multa dos valores devidos ao Poder Judiciário;
	• Implantar Sistema Contábil de Custos;
	• Implantar dos Registros Contábeis Patrimoniais.



MACRODESAFIO PRINCIPAL

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

2. Aprimorar gestão documental e arquivística	
DESCRIÇÃO	Aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão documental, padronizando atos e rotinas, visando preservar a confiabilidade e a autenticidade dos documentos e do procedimento de arquivamento.
PRODUTOS	 Promover a virtualização dos processos físicos de 2º grau; Promover a virtualização dos processos das unidades criminal; Elaborar Projeto "Arquivo inteligente"; Aprimorar a gestão do sistema SEI.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

	3. Aprimorar a Gestão de Pessoas
DESCRIÇÃO	Difusão e consolidação da mentalidade de gestão de pessoas vinculada a uma sinergia de esforços refletida na valorização de uma arquitetura organizacional que visualize as pessoas como seres humanos, como impulsionadores da própria instituição, como indivíduos capazes de conduzir à excelência da prestação jurisdicional e como detentoras de competências essenciais à realização da missão institucional.
PRODUTOS	 Atualizar ato normativo do teletrabalho e da lotação paradigma; Implantar programa de controle de metas e produtividade do servidor em teletrabalho; Implantar gestão por competências; Implantar avaliação de desempenho; Reorganizar a força de trabalho de servidores cedidos nas unidades judiciárias do interior.



MACRODESAFIO PRINCIPAL

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

4. Aprimorar a Governança Institucional	
DESCRIÇÃO	Desenvolvimento de modelo eficiente de governança institucional, proporcionando integração entre as unidades, confiabilidade, previsibilidade de atos e eficiência na administração jurisdicional.
PRODUTOS	 Projeto para atualização e unificação da legislação do TJPI;
	 Projeto para Reestruturação das Coordenadorias Cíveis, Criminal e Pleno;
	 Projeto para Reorganização da Secretaria de Assuntos Jurídicos - SAJ;
	 Programa "Padronizar é preciso" - elaboração e aplicação de manual de rotinas e padronização de atos administrativos;
	 Programa de regularização patrimonial dos imóveis pertencentes ao TJPI.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

5. Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Estadual	
DESCRIÇÃO	Realização de ações de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e da gestão judiciária, voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.
	 Reduzir o consumo de água engarrafada e copos descartáveis (ODS 12);
PRODUTOS	 Reduzir o tempo de despacho/decisão inicial em Medidas protetivas de urgência no âmbito de violência doméstica (ODS 5);
	• Difundir os ODS como diretrizes das iniciativas e projetos do TJPI.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade.



6. Qualidade de Vida no Trabalho	
DESCRIÇÃO	Desenvolvimento de ações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e magistrados, bem como a promoção e preservação de sua saúde física e mental, compreendendo a valorização, satisfação e inclusão do capital humano do TJPI, com base nas Resoluções do CNJ n. 201/2015 e 207/2015.
PRODUTOS	• Implantar sistema de acompanhamento do estado de saúde do corpo funcional do PJPI, de forma eletrônica, incluindo a relação e histórico de exames realizados;
	• Expandir o Programa Vida Saudável por meio da promoção de campanhas de promoção e preservação da saúde física e mental do corpo funcional do PJPI;
	 Promover o acompanhamento da saúde mental dos servidores;
	• Promover ações de enfrentamento contra à COVID e preservação do distanciamento social necessário.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Melhoria da Gestão de Pessoas.

Diretriz - RESOLUTIVIDADE

1. Impulsionar e incrementar a produtividade – perspectiva voltada ao conflito	
DESCRIÇÃO	Intensificação do TJPI no avanço da produtividade, promovendo a gestão e a priorização da força de trabalho com foco no planejamento estratégico e nas metas nacionais, assegurando ao jurisdicionado a efetiva e adequada prestação jurisdicional.
PRODUTOS	 Projeto "Atenção ao juízo de admissibilidade" – preparando o processo eficiente; Ampliar e formalizar sistema de monitoramento de acervo de processos e de produtividade das unidades judiciais de 1° e 2° grau;



	 Realizar treinamento na metodologia de controle de prazos e metas processuais, a partir da padronização e previsibilidade de atos, conforme projeto- piloto já implantado;
	 Projeto gabinete remoto de apoio - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau e implantação no segundo grau;
	 Criar grupo permanente de estudo formado por assessores (1º e 2º grau) – promover o intercâmbio de experiências e a discussão de assuntos jurídicos atuais;
	 Projeto Central da Jurisprudência da TJPI – uniformização e divulgação;
	 Projeto "Calendário de baixas processuais";
	 Projeto "Secretaria Unificada" - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau;
	 Aprimorar o controle e a administração dos processos de Improbidade administrativa - foco na META 4.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.

2. Aprimorar sistema de prevenção de litígio					
DESCRIÇÃO	Fomento e garantia de recursos adequados à solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos na fase pré-processual e na processual.				
	 Plano de Capacitação nos Métodos Consensuais de prevenção e desjudicialização de litígios; 				
	 Plano de divulgação e disseminação da política de resolução consensual de conflitos 				
	 Implantar a Remuneração dos Mediadores Judiciais; 				
PRODUTOS	 Promover a continuidade de instalação de CEJUSC nas comarcas do interior; 				
	 Implantar CEJUSC/trânsito – unidade móvel; 				
	• Implantar canal de atendimento ao idoso - modalidade presencial e remota				
	• implantar CEJUSC/comunitário – unidade móvel;				



	 Programa "negociar é mais barato" – posto avançado nas unidades do Cejusc para negociação de débitos; 		
	• Operacionalizar a união dos projetos Cejusc móvel e da Justiça itinerante;		
	• Elaborar ato normativo que recomenda e autoriza o magistrado adotar medidas processuais, na busca de incentivar a negociação/conciliação;		
	 Realizar Pautas Concentradas de audiências de conciliação/mediação com grandes litigantes; 		
	• Ampliar sistema de Mediação Digital – desenvolver sistema próprio.		
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.		

3. Consolidar sistema de precedentes obrigatórios					
DESCRIÇÃO	Estímulo e fortalecimento do sistema de precedentes qualificados do Tribunal, na priorização de estudos e dos julgamentos para firmar teses de temáticas que impactam a nossa atividade jurisdicional, a fim de conferir maior credibilidade e segurança jurídica ao jurisdicionado piauiense.				
PRODUTOS	 Projeto de melhoria do processo de gestão de precedentes (NUGEP); Fortalecer o Centro de Inteligência do TJPI. 				
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Consolidação dos sistema de precedentes obrigatório.				

4. Aprimorar a gestão da justiça criminal				
DESCRIÇÃO	Melhoria da administração da justiça criminal, visando criar um sistema mais célere e eficaz, minimizando a sensação de impunidade e insegurança social, atuando conjuntamente com os demais poderes.			
PRODUTOS	 Criar de Rede Colaborativa da Justiça Criminal (TJPI, MPE, DPE, OAB, SSPPI); Atualizar a parametrização e expandir o PJE Criminal; 			



	• Projeto de melhoria da gestão da Justiça Criminal.
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal.

5. Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica						
DESCRIÇÃO	Priorização de julgamento de processos de feminicídio e violência doméstica e aprimoramento no trâmite de medidas protetivas buscando celeridade e efetividade na sua concessão e na proteção urgente das vítimas.					
PRODUTOS	Projeto Mulherex					
	• Georreferenciamento de medidas protetivas, ações de feminicídio e violência doméstica;					
	 Institucionalização de políticas de valorização da participação feminina nos espaços de debate; 					
	 Promover o XIII Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 					
	 Criação de Grupos Reflexivos virtuais; 					
	 Capacitação em Direitos Fundamentais sob a perspectiva de gênero; 					
	 Esforço concentrado para redução do acervo de ações relativas à violência doméstica e familiar e feminicídios; 					
	• Formalização de projetos sociais do TJPI.					
MACRODESAFIO PRINCIPAL	Aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal.					

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PLANO DE GESTÃO TJPI 2021/2022 é um instrumento dinâmico, que não encerra em si todas as questões a serem enfrentadas no biênio em questão. Neste documento, resumimos nossa visão de futuro e a estratégia para alcançá-la.

A estratégia definida poderá ser ajustada de acordo com possíveis mudanças nas condições do ambiente. Reuniões periódicas de avaliação serão realizadas para verificar o andamento da execução deste plano, bem como para verificar a necessidade de ajustes, como a possibilidade de inclusão/exclusão de projetos e definição de indicadores e metas.

A elaboração deste PLANO DE GESTÃO constitui o primeiro passo de um caminho desafiador, porém certamente próspero.



poder judiciário **Tribunal de Justiça do Piauí**